

# FICÇÕES GRAMATICAIS E CRITÉRIOS DE EVIDÊNCIA NA FILOSOFIA DA PSICOLOGIA DE WITTGENSTEIN

## GRAMMATICAL FICTIONS AND CRITERIA OF EVIDENCE IN WITTGENSTEIN'S PHILOSOPHY OF PSYCHOLOGY

Fernando Alves Grumicker

Mestrando em Filosofia na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo - Paraná. E-mail: grumickerfernando@gmail.com.

**Resumo:** O presente texto busca evidenciar as ficções gramaticais oriundas das relações entre jogos de linguagem na filosofia da psicologia de Wittgenstein e versa, de modo fragmentário, sobre o compromisso com o desenvolvimento da análise da linguagem, presente nos escritos de Wittgenstein, com a pesquisa empírica. Através da metodologia de Wittgenstein, a análise dos jogos de linguagem e de suas relações procura evidenciar as ficções gramaticais, como empecilhos para a filosofia e para a pesquisa empírica no campo psicológico. Contudo, as ficções possuem utilidade tanto para uma *visão panorâmica* do funcionamento da linguagem aplicado ao vocabulário mentalista quanto fornece um adendo para a pesquisa empírica.

**Palavras-chave:** Linguagem. Gramática. Ficção. Evidência.

**Abstract:** The present text seeks to highlight the grammatical fictions arising from the relations between language games in Wittgenstein's philosophy of psychology. It discusses, in a fragmentary manner, the commitment to the development of language analysis—present in Wittgenstein's writings—in connection with empirical research. Through Wittgenstein's methodology, the analysis of language games and their interrelations aims to reveal grammatical fictions as obstacles to both philosophy and empirical research in the field of psychology. Nevertheless, such fictions prove useful both for providing a broad view of the functioning of language as applied to mentalistic vocabulary and for offering a supplement to empirical research.

**Keywords:** Language. Grammar. Fiction. Evidence.

## INTRODUÇÃO

Em *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*<sup>1</sup>, Wittgenstein elabora o conhecido plano de tratamento dos conceitos psicológicos, plano que se enquadra como um aparelho metodológico para tais conceitos. No plano, os conceitos psicológicos são divididos em três aspectos: emoções, experiências, e atitudes epistêmicas. A partir desta distinção, pode-se fazer outra, entre processos mentais, estados mentais, e habilidades. Assim, uma dor é um estado mental enquanto pensar é um processo mental, ao cabo que o “saber” é uma habilidade. As diferenças aqui são ilustradas pelo fato de que as habilidades podem ser observadas, assim como todo conhecimento pode ser evidenciado pela observação, enquanto os processos mentais são expressões características dos estados mentais em primeira pessoa.

A forma de expressão em primeira pessoa: ‘eu sei que penso’, se trata de uma relação paralela aos jogos de linguagem. É preciso separar os campos de cada um destes jogos de linguagem e ver as suas relações. afirmar que ‘apenas eu mesmo posso saber se eu estou pensando’ é uma observação gramatical para o emprego adequado do conceito ‘pensar’, uma vez que pensar é ser capaz de se utilizar das regras de um determinado jogo de linguagem. Aqui, portanto, não há uma distinção entre pensamento e linguagem. Assim, todo pensamento é um conteúdo linguístico, que se difere de ‘imaginar’, ‘experienciar’, ‘sonhar’ e assim por diante.

O objetivo do empreendimento da filosofia em relação com os termos psicológicos, desde as *Investigações Filosóficas* se tratava em *ver relações* em uma representação perspicua da gramática profunda da nossa linguagem, que nos trabalhos sobre a filosofia da psicologia se voltam para os conceitos psicológicos, tais como a dicotomia entre interior e exterior, da experiência e qualidade, linguagem privada e pública, entre outras, pontos em que as ficções gramaticais são assunto.

O primeiro passo do plano é a distinção entre primeira e terceira pessoa no que diz respeito aos conceitos psicológicos. Na primeira pessoa um conceito psicológico não é um tipo de proposição, mas uma confissão, (afirmar na primeira pessoa ‘eu sinto dor’ não significa que a dor é um objeto interior, uma vez que ‘dor’ pode ser substituída por uma expressão característica, em outras palavras, por uma expressão primitiva, do qual o aprendizado do jogo de linguagem substitui a expressão primitiva por um designador conceitual), ao cabo que é proposicional na

---

<sup>1</sup> Doravante as obras *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia* será abreviado para OBFP para a primeira parte da obra e OBFP2, para a segunda; *Investigações Filosóficas* (IF), *Últimos Escritos Sobre A Filosofia da Psicologia* (UEFP para a primeira parte, e UEFP2 para a segunda); *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP); *Observações Filosóficas* (OB).

terceira pessoa e indica uma informação. Assim, pode-se fazer uma distinção entre expressões na primeira pessoa e proposições informativas na terceira pessoa (por exemplo: eu sei x / ele sabe x, o saber em ambos os casos significa ser capaz de agir de determinada maneira, descrever o conhecimento, em suma, se trata de uma habilidade). Os conceitos psicológicos nos jogos de linguagem de primeira pessoa podem assumir um rol ficcional ao pressupor um estatuto de evidência no mesmo nível que para a terceira pessoa. Uma vez que as expressões em terceira pessoa apenas são válidas se é o caso de uma observação comportamental, e portanto, empírica (o que não acontece na primeira pessoa).

O segundo aspecto é que as ficções gramaticais que são úteis são aquelas que auxiliam a compreensão do emprego de certas proposições, e das diferenças em relação com as expressões (confissões) dos conceitos psicológicos, e podem auxiliar com as analogias para a compreensão da gramática daqueles conceitos, principalmente, dos conceitos dos processos mentais e estados mentais internos (anímicos), embora a análise dos jogos de linguagem indicam que tais ficções gramaticais são oriundas dos paralelismos e de analogias equívocas. No cerne da questão, as ficções gramaticais são aquelas em que o jogo de linguagem pautado em regras indica um panorama enganador (exemplo dos conceitos de cores).

Estes dois aspectos das ficções gramaticais nos conceitos psicológicos, levando em consideração que a qualidade da experiência dos conceitos de cores, são parte integrante do jogo de linguagem da percepção e expressão dos conceitos.

## **FICÇÕES GRAMATICAIS**

Iremos tratar na presente seção, de algumas considerações gerais a respeito dos critérios em jogos de linguagem no escopo da filosofia de Wittgenstein. Tanto os critérios para a expressão, quanto os critérios para o aferimento são importantes para se chegar a uma compreensão dos conceitos psicológicos.

Quais os critérios para afirmar que se possui uma sensação e para o emprego de sua expressão correspondente? Quais os critérios a se utilizar para a expressão em primeira pessoa e o critério de observação para aferir uma informação na terceira pessoa? Em um primeiro momento, a analogia enganadora na introspecção pressupõe um objeto privado em que a expressão em primeira pessoa possui a evidência para o aferimento. Em outras palavras, o conceito refere-se a algo que apenas o sujeito conhece privadamente (a autoridade epistêmica da introspecção). Contudo, qual o método que se utiliza para a expressão das sensações? Se as sensações apenas podem ser aferidas privadamente, ainda resta a questão sobre o significado da expressão

correspondente. Em contrapartida, se reduzirmos os fenômenos psicológicos aos comportamentos, também necessitamos de critérios para afirmar na terceira pessoa sobre as expressões de sensações de outrem, assim como das expressões em primeira pessoa.

As considerações de Wittgenstein indicam as observações dos modos de expressões, mas ao mesmo tempo, não há critérios para a expressão de sensação como se fossem *observações de objetos internos*, pois possuem os seguintes aspectos:

- a) T<sup>1</sup> utiliza a expressão: “tenho a sensação de vermelho” ou “tenho dor de cabeça”<sup>2</sup>.
- b) Apenas T<sup>1</sup> poderá ter certeza sobre a *sua* sensação, pois, apenas *este* pode ver “internamente” o objeto da sua sensação.

Para que T<sup>1</sup> justifique a sua expressão, deve fornecer um método que justifique o seu emprego correspondente ao conceito de sensação, e o método deverá fornecer uma descrição do uso dos conceitos. Contudo, T<sup>1</sup> poderá recorrer aos dados públicos, e perguntar para outras pessoas se “vermenho” não seria a propriedade de um determinado objeto que traz consigo (a designação ostensiva). Assim, as pessoas poderão dizer “sim”, contudo, por mais que se tenha uma definição através do ato ostensivo “para uma compreensão por meio da linguagem, é preciso não apenas um acordo sobre as definições, mas (por estranho que pareça) um acordo sobre os juízos” (IF, § 242), já que o que T<sup>1</sup> necessita não é um critério externo dado intersubjetivamente que justifique o emprego, mas um critério *pessoal* para poder justificar que a *sua* qualidade perceptiva designa um termo que é usado intersubjetivamente (publicamente). Pois T<sup>1</sup> possui convicção apodíctica, o que implica que a justificativa a ser dada não se basta apenas pelas definições no caso da introspecção.

O jogo de linguagem com expressões em primeira pessoa na elaboração de proposições de sensações são jogos de linguagem diferentes aos jogos de linguagem em terceira pessoa que remetem aos comportamentos correspondentes às expressões. O método de Wittgenstein comprehende os jogos de linguagem em que seja possível “examinar *este* uso à luz *daquele*. Isto pode servir, por exemplo, de princípio heurístico” (OBFP, § 321). Assim, o caminho metodológico de Wittgenstein conduz para a utilização de comparações como um norteador para a compreensão do emprego de conceitos psicológicos.

Em outras palavras, os critérios para o uso de conceitos podem ser equiparados aos critérios para a afirmação sobre objetos. Por exemplo, dizemos que possuímos boas razões para acreditar na proposição “o sol continuará a aparecer no dia seguinte”, não por quê podemos justificar através de um método exaustivo, mas em função de que a experiência até então nos proporciona boas

---

<sup>2</sup> Exemplos utilizados por Wittgenstein em *Notes for Lectures on “Private Experience” and “Sense Data* (1968).

razões, podemos saber pela experiência que o sol aparece todos os dias (indutivamente), com isso possuir boas razões como critério para se fiar em relação com a proposição.

Analogamente, ao afirmarmos possuir uma sensação (ou uma dor), há boas razões para usar a expressão? Podemos resumir a questão de acordo com colocação de Wittgenstein: “mas pergunta a ti próprio: Onde podemos reconhecer um indício para algo interior como sendo infalível? Só pode ser medido, por seu turno, pelo exterior. Ou seja, o importante não é a oposição entre interior e exterior” (UEFP2, § 234) <sup>3</sup>. Em outras palavras, o que é que seja *p* é o que denominamos de ‘*p*’ de acordo com vivências, experiências, e compartilhamento de uma linguagem. Albritton (1959), em seu estudo explanatório do termo “critério”, ressalta a dificuldade em encontrar uma definição precisa e que a discussão se encontra presente em *The Blue and Brown Books* de Wittgenstein, e as definições de termos são dadas por consensos, sem, contudo, uma condição lógica necessária. De fato, falamos de condições necessárias na linguagem pela ligação entre os termos envolvidos em uma proposição, nos quais o significado é dado de antemão e empregado de acordo com o significado em determinadas expressões<sup>4</sup>, mas a ligação de necessidade lógica exige uma definição racional.

Os critérios para definições de termos como necessidade e contingência na lógica, assim como definições sobre comportamentos característicos de classificação com conceitos psicológicos (comportamento de esperança, crença, desejo; dores etc), devem residir nos empregos pelos quais os conceitos são usados e com as funções que cumprem.

Ao exemplo para as considerações da lógica, um argumento válido possui uma série de proposições que são válidas em seu conjunto; possui a formalidade da validade, e a validade consiste nos termos pelos quais as premissas seguem (no caso de silogismos). O critério para o emprego do termo ‘validade’ ou ‘válido’ consiste aqui em saber ao que é que ‘validade’ faz referência, ao que engloba, isto é, no seu uso, não em um sentido fisicalista; mas abstrato, isto é, na forma do argumento.

O emprego da noção de validade conduz para a noção de necessidade lógica (dada certas premissas, *ceteris paribus*, se segue a conclusão). A necessidade da conclusão, conforme as premissas, poderá requerer o cenário pelo qual aplicamos o critério para a definição da ‘validade’, mas para isso precisamos de uma cadeia de definições, e após, uma cadeia de descrições sobre os

---

<sup>3</sup> MS 169.

<sup>4</sup> Um exemplo da filologia do termo ‘átomo’ indica na linguagem um objeto que não pode ser divisível. Contudo, a física, a biologia, e demais ciências naturais contemporâneas não empregam o termo no mesmo sentido grego (ou no sentido de Demócrito) para estudos teóricos de modelos atômicos, de modo que o critério de uso contemporâneo e antigo têm diferenças significativas.

usos para ‘validade’. E a partir desta, podemos nos utilizar da definição como princípio heurístico para diferenciar os casos de não aplicação de ‘validade’. Por outro lado, um comportamento de dor pode possuir certas características para a atribuição de um critério para se denominar como o termo ‘dor’. Uma definição do que é ‘dor’ poderá ser dada de modo exterior, não necessariamente recorrendo à introspecção para encontrar a qualidade para a definição. A pergunta pelo critério é uma pergunta, portanto, pela justificação. Embora possamos responder que o uso conceitual é consensual, isso não descredita o significado<sup>5</sup>.

O problema em relação com os critérios, conforme salienta Hilary Putnam (2008, p. 19) é o de localizar corretamente ao que uma palavra possui em *comum* para a aplicação em sua totalidade. Seja nos casos nos quais o critério é utilizado para uma expressão que corresponde a uma proposição de sensação, em casos para objetos, assim como nos casos de conceitos abstratos. A incapacidade de uma definição precisa poder ocasionar a falácia mereológica, que consiste nomeadamente em uma confusão entre a identidade entre as partes e o todo do objeto ou conceito em questão, assim como pode ocasionar a falácia categorial<sup>6</sup>, embora ambas possuam íntimas relações nos erros da identidade. Estes dois cenários, portanto, surgem apenas de uma extração dos critérios utilizados na linguagem. Nas palavras de Wittgenstein:

Um acrescento seria, contudo, uma extensão; e uma extensão não tem, precisamente, lugar aqui. Pois não chamamos “correspondência” a algo que autenticamente não é uma “correspondência”. Como se meramente expandíssemos esse conceito. Trata-se aqui, por outro lado, como que de uma ilusão, de um reflexo. Acreditamos ver o que não está lá (UEFP, § 69).

As confusões em relação com a identidade não apenas surgem de uma confusão conceitual, mas também de não se traçar fronteiras conceituais, assim como também podem levar para uma investigação pseudo-empírica. Se falhamos em definir relativamente um critério para a identidade de um conceito geral (como “toda a intenção de um personagem”, “a esperança das pessoas”), segundo o mesmo padrão de denotação ostensiva por não compreender que se trata de uma *analogia*, podemos levar a investigação ao equívoco em se considerar expressões características de certos processos mentais os objetos isolados de um estado mental.

Neste cenário apontado, poderá caber a questão: para a definição de um critério para um conceito psicológico, precisamos de uma metapsicologia?<sup>7</sup> A resposta para a questão é negativa,

<sup>5</sup> Se tivermos a noção de que todos os usos conceituais da linguagem ordinária são consensuais, o que implica a contingência, também as condutas e os comportamentos o são, mas não deixam de serem significativos; como o casamento pode ser uma atividade consensual, mas adquire uma profunda significação nas atividades humanas. Aqui vemos quantos elementos contingentes da ação humana podem ser significativos.

<sup>6</sup> A primeira destas falácias é mais bem descrita por Hilary Putnam (2008), a segunda por Ryle (2005).

<sup>7</sup> Esta é, por exemplo, uma das preocupações de Wittgenstein com a psicanálise de Freud.

em um primeiro momento, pelo fato do aspecto pragmático, pelo qual a linguagem pode se referir ao mundo, ou seja, a linguagem como técnica, de um lado, e o significado no uso prático, por outro. Tal noção torna possível não apenas uma investigação da história natural humana no aspecto filológico e no desenvolvimento das línguas, como também nos conteúdos significativos da linguagem em usos efetivos e da realidade da prática.

Em segundo, pelo fato de que uma gramática dos usos conceituais pode fornecer ferramentas para a compreensão dos critérios e de suas funções. Uma vez que os conceitos como ‘conhecimento’, ‘compreensão’, ‘pensamento’, não são objetos físicos isolados, mas que consistem em habilidades, ou seja, possuir a técnica ou *capacidade cognitiva* e de se utilizar da linguagem de uma certa maneira, é possível admitir um realismo<sup>8</sup> em relação aos processos mentais e as definições de conceitos psicológicos em proposições em primeira pessoa.

Entre as distinções gramaticais fundamentais das considerações de Wittgenstein a respeito dos conceitos psicológicos, podemos elencar um tratamento para os aspectos e os critérios de identidade que podemos formular nos casos de *paralelismos gramaticais* e as *assimetrias entre analogias*<sup>9</sup>, embora, novamente, ambas as concepções estejam relacionadas ao emaranhado da linguagem e conduzem para equívocos similares.

Os paralelismos gramaticais aparecem em vários escritos de Wittgenstein de sua segunda filosofia, e o questionamento a respeito dos paralelismos se baseia na noção de regras, e juntamente com este os critérios para os usos conceituais e indicações de locais na gramática, poderíamos definir como “um resultado do cruzamento de diferentes jogos de linguagem” (UEFP, § 148). No início de *Investigações Filosóficas* é traçado uma distinção já desde a primeira parte entre a indicação (ou designação) ostensiva de um conceito na linguagem para com os seus objetos, assim como de uma palavra para com o seu referente.

Desta maneira, a teoria agostiniana da linguagem criticada por Wittgenstein (IF, § 2) concebe as palavras e conceitos como referência para com os objetos, e a partir desta, Wittgenstein inicia um procedimento de descrições de vários jogos de linguagem *primitivos* para com a linguagem-objeto. Claramente, ao se indicar objetos e os nomear como uma *etiqueta* em um tipo de jogo de linguagem primitivo, ou no aprendizado inicial da linguagem, assim pressupõe-se que

---

<sup>8</sup> Hilary Putnam (2008, p. 78-79), atribui esta noção epistemológica a Wittgenstein como um “realismo do senso comum”. A distinção entre o realismo metafísico e o realismo de senso comum é que o segundo julga correto o emprego das palavras como são utilizadas, e evita a substantivação, enquanto o primeiro nega que os pensamentos tenham de se adequar com a *realidade*, e interprete certos conceitos epistêmicos como estranhos (substantivados).

<sup>9</sup> Em IF, OB, OBFP, UEFP, os paralelismos são mais notáveis, principalmente pelo aspecto no qual Wittgenstein indica ao leitor para imaginar jogos de linguagens primitivos, estudantes aos quais se é ensinado calcular, entre outros. Em *Anotações Sobre as Cores e Da certeza*, é ressaltado as analogias e as formas de uso conceitual, embora apareçam fragmentos de uma obra em outras em razão da organização dos escritos póstumos do autor.

o pensamento se utiliza da linguagem como uma ferramenta, no qual o significado da palavra não é nada mais do que o seu referente.

Ao tratarmos de conceitos psicológicos como qualidades da experiência, dores, e crenças, a designação ostensiva continua operando, porém, de maneira interna. Assim, podemos compreender um paralelismo entre os jogos de linguagem e de suas gramáticas, porém, o significado já não opera apenas pela referência aos objetos, mas através do uso conforme o aprendizado e o aferimento público. Contudo, o paralelismo entre ambos os jogos de linguagem ostensiva, também formam um paralelismo entre os jogos de linguagem e a sua gramática, a saber, o jogo com uma *ostensão* externa, e o jogo da ostensão interna. Neste paralelismo, se percebe que o falante se encontra apto para se referir aos seus estados internos, assim como se refere aos objetos de sua experiência.

Deste modo, as regras para a gramática, de ambos os jogos, consistem na posse, seja de uma qualidade da experiência; seja na posse de um objeto. Assim, o paralelismo entre ambos os jogos forma uma prática da ostensão em todo o domínio pelo qual os conceitos são significativos:

O que teríamos de dizer a alguém que nos comunicasse que, no seu caso, entender algo é um processo interior? - O que replicaríamos se ele dissesse que, em seu caso, saber-jogar-xadrez é um processo interior? - Algo mais ou menos assim: Que nada do que se passa dentro dele nos interessa quando estamos querendo saber se ele sabe jogar xadrez. E, se ele agora respondesse dizendo que nos interessa, sim, o que se passa dentro dele, a saber: se ele sabe jogar xadrez- apenas poderíamos contradizê-lo lembrando-lhe os critérios que nos provariam sua capacidade (OBFP, § 302).

Os critérios de evidência repousam sobre a observação, de um lado, e são pautados em regras, por outro. Assim, a pergunta ‘o que é o conhecimento’ ou “o que é o pensamento” repousa sobre as regras para o emprego destes conceitos, regras que são públicas, de modo que outras pessoas podem saber se eu penso e se eu conheço algo. O paralelo enganador sobre as ficções gramaticais repousa no aspecto de que as relações entre os jogos de linguagem interior e público são bastante próximos. A solução do problema significa não o colocar mais em questão.

Assim, a respeito dos conceitos psicológicos, podemos tratar do problema de acordo com dois operadores. O operador semântico, que trata das regras e da gramática em terceira pessoa para as proposições sobre as ocorrências na linguagem; e um operador epistêmico, que trata do conhecimento, crença ou dúvida.

Mas com isso, não queremos comparar a filosofia da psicologia de Wittgenstein com o behaviorismo, pelo contrário, é justamente o aspecto das regras que interessa e não se trata de uma teoria, mas de sutis observações da gramática e das relações entre os jogos de linguagem. Cito Wittgenstein:

Como é que se chega ao problema filosófico dos processos e estados psíquicos e do behaviorismo? - O primeiro passo é totalmente imperceptível. Falamos de processos e estados, e deixamos sua natureza indefinida! Quiçá um dia haveremos de saber mais sobre ela - pensamos nós. Mas é justamente por pensarmos assim que nos comprometemos com um determinado modo de considerar as coisas. E que temos um conceito determinado do que significa: conhecer um processo mais de perto. (...) E agora desmorona-se a comparação que deveria tomar nossos pensamentos comprehensíveis para nós. Portanto, temos que negar o processo ainda não compreendido do *medium* ainda não explorado. E desta maneira parecemos ter negado os processos espirituais. E é evidente que não queremos negá-los! (IF, § 308).

Uma vez que os critérios são pautados em regras (gramática dos conceitos psicológicos) na linguagem, os critérios consistem na observação comportamental (expressões características), contudo, as regras podem não fornecer critérios em certos limites nos jogos de linguagem, de modo que ocorram relações verticais e horizontais entre jogos de linguagem na primeira e terceira pessoa. Tais relações são problemáticas pois obscurecem o significado dos conceitos psicológicos, por exemplo, as perguntas sobre “o conhecimento” (verbo ‘saber’), “a mente”, “o pensamento” etc., colocadas de modo substantivo e metafísico, emergem das relações entre os jogos de linguagem. Wittgenstein não procura fornecer uma resposta essencialista para tais questões, mas demonstrar o modo equivocado em que surgem. O objetivo do presente trabalho, consiste em expor a argumentação de Wittgenstein com as distinções traçadas em seu plano de tratamento dos conceitos psicológicos e de sua metodologia.

Aqui tudo se passa bem da mesma forma que com a falação sobre objetos físicos e impressões sensíveis. Temos aqui *dois* jogos de linguagem, e as relações que o mantém com o outro são complicadas. Se alguém quiser descrever essas relações de maneira simples, vai acabar caindo em erros (OBFP, § 289).

Devemos, portanto, buscar compreender o modo pelo qual o falante aprende a linguagem e o modo de se referir aos seus objetos interiores, uma vez que a partir deste, o falante em sua prática começa um procedimento privativo em relação à atividade ostensiva interna, uma vez que comprehende possuir uma qualidade de uma experiência do mesmo modo que pode possuir um objeto. Assim, o paralelismo entre os jogos pode claramente formar metáforas e maiores possibilidades de *fala* pelo fato de ambas as gramáticas se tornarem entrelaçadas. Contudo, o entrelaçamento para a compreensão do significado se torna problemático, uma vez que uma gramática da linguagem ostensiva do interior pode conduzir o falante para o equívoco de conceber imagens interiores, isto é, a objetos internos. Embora o paralelismo possa ser útil para elaborar metáforas, pode conduzir a investigação científica ao equívoco pseudo-empírico, assim como pode conduzir as perguntas filosóficas para pseudo-questões.

As assimetrias entre analogias ocorrem quando já se possui capacidade de linguagem ou

ao domínio da técnica linguística, na qual se pode realizar analogias entre jogos de linguagem e principalmente em cenários nos quais já se possui a compreensão das possibilidades gramaticais. Consistem em indicações de relações gramaticais através da linguagem, contudo, são relações onde o pensamento chega ao seu limite juntamente com a linguagem.

É notável certos exercícios traçados por Wittgenstein sobre a gramática (ou lógica) das cores na obra *Anotações Sobre as Cores*, assim como as questões sobre figuras ambíguas em *Investigações Filosóficas* e *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*, juntamente com as palavras polissêmicas. Entre as indicações gramaticais, Wittgenstein em *Anotações Sobre as Cores*, nos leva a conceber aspectos cromáticos através das suas respectivas designações por nomes. Assim, podemos, por exemplo, imaginar cores primárias, como o azul, e juntá-las com outras cores, tal como o preto, de modo a originar um azul escurecido; no caso de uma mistura do azul com o vermelho, teríamos um azul-avermelhado<sup>10</sup>.

Também podemos seguir a gramática para os usos dos conceitos em cada mistura de cores para uma composição dos aspectos cromáticos, e, por *analogia*, teríamos juntamente e previamente, a respectiva cor antecipada ao campo empírico, ou seja, a gramática permitiria conceber o nome de uma cor mesmo que nunca tenhamos misturado empiricamente as cores correspondentes.

Contudo, se empregamos o conceito de azul juntamente com o seu significado e com um exemplar empírico, e imaginarmos a mistura com o amarelo, não teríamos uma tonalidade que acompanha a gramática, pois a mistura do azul e amarelo não é causa do azul-amarelado, mas do verde. Nas palavras de Wittgenstein: “parece haver um conceito de mistura de cores que se sobrepõe a todos os métodos fisicalistas de mistura de cores” (UEFP, § 215). A analogia com outros casos, portanto, poderá induzir a uma investigação pseudo-empírica, caso se interprete o conceito ‘azul-amarelado’ como uma cor distinta do ‘verde’. Portanto, podemos interpretar ‘azul-amarelado’ e ‘verde’ ambos *como* conceitos para uma mesma propriedade de um objeto ou como conceitos distintos.

Tanto nos casos de assimetria de analogias, quanto nos casos de paralelismos gramaticais, isso nos permite indagar sobre os casos de limites do uso da linguagem e onde a gramática não prescreve uma conduta em relação ao modo pelo qual se deve aplicar um critério, justamente, pelo fato de que os critérios que dão início ao jogo de linguagem atingirem um limite em relação com a experiência. Contudo, isto não entra em contradição com os critérios, uma vez que as suas

---

<sup>10</sup> Aqui, a regra gramatical indica um sufixo para cada combinação de cores por composição. Pode-se imaginar um azul levemente avermelhado, sem o denominar como sendo um ‘roxo’ ou ‘lilás’, o que não acontece com o verde.

funções ocorrem no uso, ou seja, no caso do jogo de linguagem ostensiva interna, e no caso do jogo de linguagem da gramática das cores; os critérios indicam o lugar no qual o conceito ocupa na linguagem, mas não indica, *ipso facto*, e em absoluto, as atitudes que se deve tomar em relação aos limites de certos critérios e não indicam uma ontologia prévia, ou seja, quais conceitos dos nossos jogos de linguagem e de nossa gramática devemos considerar como objetos ou propriedades de objetos *existenciais*.

De modo que a compreensão da gramática profunda da linguagem pode auxiliar na resolução de confusões conceituais e a investigação empírica, uma vez que se uma teoria científica concebe uma ontologia na qual procura em sua atividade empírica encontrar a cor correspondente ao do conceito indicado pela gramática, ou, mais especificamente, o objeto interno, então poderá iniciar a investigação com base em uma confusão conceitual, conforme salienta Wittgenstein:

Na verdade, porém, uma teoria desse tipo é construção de um modelo psicológico de um fenômeno psicológico. E, por conseguinte, a construção de um modelo fisiológico. A teoria diz, na verdade: “Poderia ser *assim*: ...”. E a serventia da teoria é que ela ilustra um conceito. Só que ela pode ilustrá-lo melhor ou pior; mais ou menos adequadamente. Logo, a teoria é, por assim dizer, uma anotação para esse tipo de fenômeno psicológico (OBFP, § 431).

A conexão entre os conceitos e a experiência acontece de maneira relacional pelos modos de emprego, e não se trata de uma relação causal entre o critério e o modo pelo qual ele é empregado nos jogos de linguagem. De modo que a redução de todos os conceitos psicológicos sobre os estados internos ao comportamento como *causais*, remete ao equívoco do paralelismo entre jogos de linguagem, uma vez que a relação é conceitual e não causal.

Assim, a teoria behaviorista ou a redução dos conceitos psicológicos aos modelos fisicalistas, sofre com problemas conceituais ao fundamentarem uma teoria em paralelismos entre jogos de linguagem e entre assimetrias entre analogias. Com efeito, a teoria pode servir de modelo conceitual (imagem) para uma interpretação de determinados fenômenos, embora tenha base em uma ficção gramática<sup>11</sup> que seja a razão pela qual a teoria possa vir a ter poucos vínculos empíricos<sup>12</sup>.

De acordo com a presente abordagem, a filosofia da psicologia de Wittgenstein pode auxiliar a própria investigação da psicologia como ciência através das descrições dos conceitos e posições daquele campo, como assevera Sullivan (2017, p. 72, tradução nossa) “a filosofia de Wittgenstein é, portanto, relevante para a possibilidade de descrever todo um domínio da

<sup>11</sup> “É que nada é mais importante do que a criação de conceitos fictícios: só eles nos ensinam a compreender os nossos” (UEFP, § 19).

<sup>12</sup> De certa maneira, o caminho metodológico de Wittgenstein consiste em mostrar as situações e o que se fazer nelas.

gramática dos conceitos psicológicos depois de já ter sido distraído pelas posições específicas”<sup>13</sup>.

Todavia, tanto as *capacidades* de utilização de regras gramaticais em jogos de linguagem, quanto na atividade ostensiva interna, exigem critérios para o significado. Assim, Wittgenstein salienta que “um ‘processo interior’ necessita critérios exteriores” (IF, § 580). Se considerarmos as capacidades de seguimento de regras, assim como se considerarmos todo o domínio dos conceitos psicológicos como “internos”, ainda, a sua utilização prática e o seu significado necessita de critérios exteriores, de modo que a observação em terceira pessoa pode informar o significado dos comportamentos, assim como atribuir valor de verdade para tais. E aqui, as expressões em primeira pessoa sobre os “processos internos” não são categoricamente proposições que podem possuir valores de verdade do mesmo nível que as expressas em terceira pessoa.

Assim, as formas pelas quais um sujeito fala sobre o seu “interior” em primeira pessoa, isso não é uma constatação no sentido em que corresponde a um estado de coisas<sup>14</sup>, porém, são confissões, e portanto, não são constatações (declarações proposicionais a respeito de que algo se encontra de determinada maneira).

A diferença entre as expressões em primeira pessoa (“eu tenho a qualidade de uma experiência”), assim como na terceira (“ele tem a qualidade de uma experiência”), é que na primeira se trata de expressões que não podem possuir valores de verdade pelo fato de se tratar de uma confissão, e não de uma posse. Em outras palavras, não se trata de constatações, mas de uma expressão de determinado estado mental, ao cabo que na terceira pessoa, se poderá observar se é o caso de que a proposição é verdadeira ou não. Deste modo, a proposição terá valor de verdade na medida em que o critério de aferimento é público, ou seja, se a proposição possui um sentido de acordo com o jogo de linguagem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltamos ao problema inicial sobre o mental e sobre o critério a respeito dos processos e estados mentais. Trata-se, de um lado, do critério para o significado e para o uso, e por outro, do critério para a referência. Uma vez que chegamos a uma compreensão de que os significados dos usos de conceitos, e mais especificamente, dos conceitos psicológicos em primeira pessoa são expressões e não constatações, nos quais as expressões não possuem valores de verdade no mesmo nível que as constatações, assim, as constatações apenas possuem sentido em terceira pessoa, pois

<sup>13</sup> Tal concepção de *distração com posições* claramente é caracterizado por Sullivan, embora implicitamente, como *idiossincrasias*, e da qual o caminho metodológico de Wittgenstein possibilita a dissipação.

<sup>14</sup> Como as proposições e o isomorfismo em TLP.

transmitem informações. E os critérios utilizados conduzem para a observação e aferimento público, de modo que para todo critério se exige uma circunstância no qual a aplicação é realizada, e não, portanto, uma regra universal pela qual um critério poderá ser aplicado indiscriminadamente.

De qualquer forma, a incerteza quanto aos “processos interiores”, os objetos internos, podem ser aferidos publicamente uma vez que os critérios de evidência podem ser justificados externamente<sup>15</sup>. Embora as regras possam ter um limite de aplicação em relação com a experiência, em jogos de linguagem é necessário um acordo entre os juízos (IF, § 242) para com os objetos, como também em relação com os próprios critérios. Sobre este ponto, Wittgenstein descreve sua posição em *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*:

O que teríamos de dizer a alguém que nos comunicasse que, *no seu caso*, entender algo é um processo interior? - O que replicaríamos se ele dissesse que, em seu caso, saber-jogar-xadrez é um processo interior? - Algo mais ou menos assim: Que nada do que se passa dentro dele nos interessa quando estamos querendo saber se ele sabe jogar xadrez. E, se ele agora respondesse dizendo que nos interessa, sim, o que se passa dentro dele, a saber: se ele sabe jogar xadrez- apenas poderíamos contradizê-lo lembrando-lhe os *critérios* que nos provariam sua capacidade (OBFP, § 302).

Porém, quais os critérios deveríamos lembrar, uma vez que definir ou entrar em concordância entre os juízos em um jogo de linguagem, em um critério para *p* é condição para definir que *p* como suficiente? O critério para *p* é o fenômeno de *p*? Devemos lembrar que jogamos um jogo de linguagem com uma gramática no qual “saber” e “conhecer” são habilidades, de modo que o critério para a utilização da expressão pode ser a descrição do uso, como também “a aplicação permanece um critério da compreensão” (IF, § 146). Uma outra analogia com outro caso do emprego é explicitado por Wittgenstein em *Investigações Filosóficas*:

Não nos auxilia em nada para a compreensão da função de “vermelho” dizer que esta palavra “refere-se a” em lugar de “designa” o privado; mas ela é a expressão psicologicamente mais apropriada para uma determinada vivência ao filosofar. É como se eu, ao pronunciar a palavra, olhasse de relance para minha própria sensação, como que para dizer-me: eu já sei o que quero dizer com isto (IF, § 274).

As fícões gramaticais úteis são aquelas que auxiliam a compreensão do emprego de certas expressões e proposições, como também auxiliam a diferenciação das relações entre os jogos de linguagem. Também podem auxiliar com as analogias para a compreensão da gramática daqueles

<sup>15</sup> Segundo Marques (2014, p. 25) “a incerteza ou a certeza quanto ao critério de evidência quanto à existência desta ou daquela experiência interior está na base da própria dicotomia interior-exterior”.

conceitos, principalmente, em relação com os conceitos dos *processos mentais* e *estados mentais* internos (anímicos), e de como tais conceitos que operam na gramática surgem das relações entre jogos de linguagem, embora uma análise dos jogos de linguagem possa indicar que tais ficções gramaticais são oriundas dos paralelismos e de analogias equivocadas.

Em ambas as citações (OBFP, § 302; IF, § 274), são indicados os casos dos critérios, nos quais, há uma capacidade de demonstração e, portanto, uma possibilidade de observação em terceira pessoa, onde “a gramática da palavra “saber” está clara, e é estreitamente apresentada com a de “poder”, “ser capaz de”. Mas também estreitamente aparentada com a da palavra “compreender” (Dominar uma técnica)” (IF, § 150). Assim, uma distinção entre conceitos, classificações, e, principalmente, que versam sobre fenômenos mentais e psicológicos, como vimos, auxiliam para o domínio da técnica em relação com as fronteiras entre os jogos de linguagem e os conceitos neles expressos.

O empreendimento de Wittgenstein desde as *Investigações Filosóficas* ressaltam um tratamento para problemas filosóficos, de modo a se constituir em uma atividade terapêutica em relação com os problemas, assim como também o plano de tratamento dos conceitos psicológicos presentes em *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*, *Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia*, e *Zettel*. Enfim, obras posteriores ao *Tractatus* que remontam para tal atividade que se constitui através do esclarecimento conceitual<sup>16</sup>.

As considerações de Wittgenstein a respeito da filosofia da psicologia não apenas são direcionadas para problemas tradicionais da filosofia, mas ao mesmo tempo, constitui uma forma pela qual a atividade dissipa os problemas, e, no caso dos conceitos psicológicos, a atividade terapêutica não procura o mesmo estatuto que uma ciência experimental. Pelo contrário, é exatamente identificar semelhanças e dissemelhanças entre jogos de linguagem, as formas pelas quais os jogos se constituem e nas descrições de suas gramáticas, de suas articulações. Nelas se encontram assimetrias (na primeira e terceira pessoa, por exemplo), pela qual a atividade prática se caracteriza como uma técnica, embora eminentemente conceitual.

<sup>16</sup> Autores como Marques (2014, p. 18) e Moreno (2013, p. 60) denominam a atividade de Wittgenstein como uma “metodologia terapêutica” ou “epistemologia do uso”. O que corresponde corretamente ao *tratamento gramatical* que perpassa a obra IF como também obras posteriores ao TLP.

## REFERÊNCIAS

- ALBRITTON, R. On Wittgenstein's use of the term "criterion". *The Journal of Philosophy*. v. LVI, n. 22, 1959.
- MARQUES, António. Linguagem e Experiência. In: WITTGENSTEIN, Ludwig. *Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014. p. 5-26.
- MORENO, A, R (org). *Wittgenstein e a Epistemologia*. Campinas: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 2013. (Coleção CLE).
- PUTNAM, Hilary. *Corda Tripla: mente, corpo e mundo*. São Paulo: Idéias e Letras, 2008.
- RYLE, Gilbert. Expressões sistematicamente enganadoras. In: RYLE, G. et al. *Ensaios*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril cultural, 1975. v. LII (Coleção Os Pensadores)
- RYLE, Gilbert. *El concepto de lo mental*. Barcelona: Paidos, 2005.
- SOAMES, Scott. Skepticism about meaning: Indeterminacy, normativity, and the rule-following paradox. *Canadian Journal of Philosophy*, v. 8, n. 23, p. 211–249, 1997.
- SOUZA, G, F. A filosofia da psicologia e o “novo método” filosófico nos escritos tardios de Wittgenstein: uma relação prática e necessária. *Trans/Form/Ação*. v. 43, n. spe, p. 177-200, 2020.
- SULLIVAN, Gavin Brent. *Wittgenstein's Philosophy in Psychology: Interpretations and Applications in Historical Context*. London: Springer Nature, 2017.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Anotações Sobre as Cores*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Conferência Sobre Ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2017.
- WITTGENSTEIN. Ludwig. *Da certeza*. Lisboa: Edições 70, 2012.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Escrito a máquina: [The big Typescript] [TS 213]*. Madrid: Editorial Trotta, 2014.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Gramática Filosófica*. São Paulo: Loyola, 2010.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova cultural, 1999.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Movimentos de pensamento: diários de 1930/32-1936-37*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observaciones filosóficas*. México: Universidad Autónoma de México, 1997.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações sobre a filosofia da psicologia*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *The Blue and the Brow Book*. Oxford: Basil Blackwell, 1958.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *II: Notes for Lectures on “Private Experience” and “Sense Data”*. In: RHEES, R. *The Philosophical Review*, Vol. 77, n. 3, p. 275-320, Jul, 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Últimos Escritos Sobre a Filosofia da Psicologia*. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Wittgenstein's Lectures on Philosophical Psychology 1946-47*. Notes by P.T. Geach, K.J. Shah, A.C. Jackson; edited by P.T. Geach. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1988.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Wittgenstein Source*. University of Bergen, 2019. Disponível em: <http://wittgensteinsource.org>. Acesso em: 20 out 2024. [Nachlass].

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Zettel*. Anscombe, G.E.M. & von Wright, G.H. (Eds.). Tradução de Anscombe, G.E.M. Oxford: Blackwell, 1967.

---

**Recebido em:** 04/03/2025.

**Aprovado em:** 02/06/2025.